

Costa diz que Pacto para a Justiça não será alterado

① Lúcio Lima

PS e PSD assumiram no Pacto para a Justiça as opções fundamentais para a reforma do mapa judiciário, decidindo que as 233 comarcas vão dar lugar a 32 novas circunscrições mais alargadas. A confirmação foi feita ontem ao DN pelo ministro da Justiça, Alberto Costa, em Coimbra, na apresentação de um estudo sobre o tema elaborado pelo Observatório Permanente da Justiça (OPJ) — órgão do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra subsidiado pelo Ministério da Justiça.

“Os aspectos relativamente aos quais atingimos um acordo estruturado entre PS e PSD não vão ser alterados. Eventualmente poderão ser aperfeiçoados com entendimento

global”, disse ao ser questionado sobre a relevância do estudo do OPJ sobre as opções políticas relativamente à reforma do mapa judiciário. “São opções que se encontram já tomadas e que já foram publicamente reveladas.”

Entre os magistrados presentes estava o novo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Noronha Nascimento, e o presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Santos Serra. Porém, nenhuma novidade ouvi-

ram, embora se tivesse gerado grande expectativa em volta do estudo. Tudo está já definido no acordo assinado a 8 de Setembro entre o PS e o PSD, nomeadamente a futura divisão territorial judiciária, que será baseada nas actuais NUT III (unidade territorial adoptada para a atribuição de subsídios comunitários).

Embora esta opção seja assumida no pacto, o OPJ avançou com uma nova sugestão baseada numa ideia do an-

tigo ministro da Justiça Laborinho Lúcio, que seria a divisão territorial por círculos judiciais adaptados. Recordou-se que esta alternativa, agora resuscitada, foi abandonada pelo posterior ministro da Justiça, Vera Jardim.

Os números apresentados pela coordenadora executiva do OPJ, Conceição Gomes, deram conta de que a litigiosidade se concentra no litoral, sendo as empresas responsáveis por cerca de 75% das acções cíveis que cor-

rem nos tribunais. A maioria são cobranças de dívidas, 50% das quais de valor inferior a mil euros. Além de que 73 tribunais (23%) movem menos de 500 processos por ano. Uma realidade para a qual o presidente do STJ já alertara na sua tomada de posse, na semana passada, e que Conceição Gomes também já havia referido em Junho em Lisboa, quando foi aberto o debate público sobre o assunto. À data, aliás, foram avançadas todas as ideias-chave ontem apresentadas.

Estando tomadas as opções fundamentais sobre o futuro mapa judiciário, ficou sem se perceber a utilidade da apresentação de ontem. “O dever de quem tem responsabilidades não é esperar pela apresentação pública para tomar conta do conteúdo de uma investigação. É ir a par e passo absorvendo tudo o que parece ser útil para definir opções”, explicou o ministro Alberto Costa. ■

Lei da base de dados genética pronta em Dezembro

O ministro da Justiça revelou ontem que a legislação para criar uma base de dados genética estará pronta em finais de Dezembro, de forma a ser aprovada no início de 2007, assegurando que a sua gestão não será entregue a um órgão de polícia criminal, mas sim a uma entidade independente. “Numa altura em que se constata, quase todos os dias, que o terrorismo, a criminalidade violenta e

outras formas de criminalidade, por exemplo, no domínio sexual, constituem marcas negativas das sociedades contemporâneas, o estabelecimento de uma base de dados genética constituirá, para além disso, um contributo valioso para a prevenção, detecção e dissuasão de actividades criminosas”, disse António Costa, na sessão de abertura de um seminário internacional sobre a matéria.